



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



DESEMPENHO ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO BARRA DO FEIJÃO NO ANO DE 2005

ETEVALDO ALMEIDA SILVA; CLEILSON PINTO DE ALMEIDA;

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ - RN - BRASIL

etevaldoal@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

DESEMPENHO ECONÔMICO DO ASSENTAMENTO BARRA DO FEIJÃO NO ANO DE 2005.

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo.

Resumo: Este estudo teve por objetivo verificar o desempenho econômico do Projeto de Assentamento Barra do Feijão localizado no município de Tabuleiro do Norte-CE no ano de 2005. Utilizou-se a renda como indicador de desempenho para atingir o objetivo proposto. Este indicador foi decomposto da mesma forma como fez Romeiro et al (1994) que agrupou a renda de assentamentos brasileiros em categorias como: renda agrícola líquida monetária; renda animal líquida monetária; renda de auto-consumo; renda de outros trabalhos; renda de outras receitas. No referido trabalho ainda foi acrescentado a esse conjunto de categoria a renda de benefícios. A análise dos dados demonstrou que a renda anual total do assentamento foi de R\$ 515.954,90, representando uma média mensal de R\$ 42.996,22 para o assentamento e R\$ 429,96 por família. Sendo 66,78% provenientes de atividades agropecuárias e 33,22% de rendas não agrícolas. A renda principal foi oriunda da renda animal líquida, que representou 44,19% das rendas totais. A análise deste indicador de desempenho mostrou que a renda média das famílias do assentados foi de 1,4 salário mínimo por mês, apresentando um desempenho econômico baixo.

Palavras-chaves: Assentamento, renda, desempenho econômico.

ECONOMIC PERFORMANCE OF THE BARRA ASSENTAMENTO FEIJÃO OF THE YEAR 2005.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Abstract: This study aimed to verify the economic performance of the Project Assentamento bar of beans located in the municipality of North-EC Board in 2005. It was used to income as an indicator of performance to achieve the proposed objective. This indicator was decomposed in the same way as it did Romeiro et al (1994) which grouped together the income from settlements Brazilians into categories such as: agricultural net monetary income, net income animal monetary; income of self-consumption; income from other work, income from other revenue. In this work also has been added to this collection of the income category of benefits. Data analysis showed that the total annual income of the settlement was \$ 515.954,90, representing a monthly average of \$ 42.996,22 for the settlement and \$ 429.96 per family. As 66.78% from 33.22% and agropecuárias activities of non-agricultural incomes. The main income was derived from the animal net income, which accounted for 44.19% of total rents. The analysis of this indicator of performance monstrous media that the income of families of settlers was 1.4 minimum wages per month, with a low economic performance.

Key Words: Seating, income, economic performance

1. Introdução

Segundo Guimarães (1982), o acesso a terra permite uma reorganização social das famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: a) a abertura de um espaço para a construção habitacional; e b) o aumento na disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do auto-consumo. A atividade que mais intensamente e freqüentemente permite a essas famílias atingir um padrão de vida que as coloque claramente em uma situação de não-pobreza é, portanto, a geração da renda agropecuária.

A partir de meados da década de 80, a polêmica do cálculo da renda ou da avaliação econômica dos assentamentos rurais tem sido motivo de diversas pesquisas. A primeira delas, divulgada pelo BNDES em 1987, concluiu pelo fracasso da reforma agrária no Brasil apontando que a maioria das famílias assentadas tem renda inferior a dois salários mínimos, que há uma forte concentração de renda entre elas e que parte significativa vive do trabalho assalariado e não da renda dos lotes. A crítica à pesquisa do BNDES, coordenada por Castro (1992), é de que os parâmetros por ele utilizados se inserem em um contexto de "empresas rurais", deixando de lado especificidades necessárias ao cálculo da renda em uma agricultura familiar.

Em 1991, a FAO lança uma segunda pesquisa utilizando outras categorias analíticas, em especial uma combinação de diversas fontes de renda. Esta não foi limitada apenas ao retorno monetário resultante da comercialização dos produtos agropecuários do assentamento. Acrescentou-se a este o auto-consumo, o assalariamento e a valorização patrimonial. A renda encontrada na pesquisa da FAO foi de 3,7 salários mínimos mensais por família em termos de média nacional, havendo, no entanto, uma variação regional,. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores índices de renda, com 5,62 e 4,13 salários mínimos, respectivamente, em detrimento da região Nordeste, cujo índice foi o menor, apresentando 2,33 salários mínimos.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Em 1993, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) encomendou ao Instituto Vox Populi uma pesquisa de avaliação dos assentamentos rurais. Os resultados mostram uma renda familiar média mensal da ordem de R\$ 132,14, o que estaria muito perto de um salário-mínimo mensal por família à época. A CNA alardeou na mídia um quadro extremamente desolador dos assentamentos brasileiros, acrescentando, além da baixa renda, outros indicadores de condições de vida. Graziano da Silva (1996), utilizando dados das PNADs de 1993, em resposta aos resultados da pesquisa da CNA, mostrou que os dados da mesma em nada diferem das condições gerais da população rural brasileira. (BERGAMASSO, 1997)

A renda obtida pelo levantamento amostral do I Censo da Reforma Agrária traz uma composição em que se incluem salários, remessas diversas, aposentadorias, serviços prestados e outras rendas, no caso da unidade familiar. Os beneficiários que compartilham de recursos captados de forma coletiva tiveram sua parte acrescida na renda familiar. Nesse sentido, a renda monetária seria a soma das diversas rendas da família adquiridas de forma associativa ou familiar. (BERGAMASSO, 1996)

Conforme o I Censo da Reforma Agrária (1997), algumas famílias de assentados chegam a auferir perto de trinta salários mínimos por ano, extraídos de diferentes fontes de renda. Isto vai significar cerca de 2,5 salários mínimos mensais em média. O censo apresenta ainda a renda monetária associativa média no sentido de auferir uma forma extra de renda. Para sua composição foram incluídas as rendas advindas de agricultura, pecuária, trabalho assalariado, serviços prestados e outras rendas. Os dados mostram uma preponderância da "agricultura" e "pecuária" na composição da renda associativa das regiões Sul e Sudeste. Entretanto, a renda monetária associativa é sempre menor quando comparada à renda da família, principalmente no item "outras rendas".

Norder (1997) chama a atenção para os problemas metodológicos que se registram nas avaliações dos assentamentos rurais, no que diz respeito ao "cálculo da renda", destacando: 1) a definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do auto-consumo produtivo ou alimentar, e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e a previdência social; 2) a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; 3) a valorização profissional da área pelo trabalho; 4) a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 5) a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos". (BERGAMASSO, 1997)

A partir desta contextualização se procurou responder o seguinte questionamento: qual o desempenho econômico do assentamento Barra do Feijão localizado no município de Tabuleiro do Norte-CE no ano de 2005.? Espera-se que os resultados obtidos proporcionem informações que possibilitem conhecer a estrutura de funcionamento do assentamento, com foco na renda auferida dos assentados.

2. Aspectos da reforma agrária



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



2.1 - Estrutura fundiária brasileira

A questão agrária tem permeado a vida nacional e esteve presente em todos os seus momentos, vindo a constituir-se em um dos fatores determinantes dos rumos tomados pelo país. A ocupação colonial foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores estes que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual se centrou a ocupação do espaço agrário brasileiro. (BERGAMASSO, 1996)

Ao longo deste secular processo, ciclos bem definidos podem ser destacados, lembrando que a cada um sempre esteve associada uma forma particular de latifúndio. Inicialmente, ocorre a extração do pau-brasil, caracterizada pelo escambo entre o índio e o colonizador português. Esta fase estendeu-se por aproximadamente trinta anos. A exploração da madeira, entretanto, esteve presente durante todo o período colonial. (CARDIM, 2005)

A seguir, quando do início da ocupação efetiva do território brasileiro por Portugal, é instituído o regime das Sesmarias e adotado o sistema de capitânicas hereditárias, sendo a produção do açúcar a atividade econômica imperante. Saliente-se o fato de que já nesse período era patente a preocupação de entregar a terra a quem se dispusesse a lavrar e a semear. (BERGAMASSO, 1996)

Segundo Cardim (2005), Com o surgimento da pecuária, atividade adequada à promoção da ocupação das áreas interioranas, a tendência à formação de imensos latifúndios foi acentuada e gerou o denominado latifúndio pastoril. A cultura do café, com toda sua representatividade econômica desencadeou uma onda de concessão de sesmarias, disseminando a presença do latifúndio nas regiões sudeste e sul. A pequena propriedade surge somente com a chegada dos imigrantes europeus, no sul do país.

Assim, a divisão da denominada "grande fazenda d'el Rey" em aproximadamente três milhões de imóveis rurais, hoje cadastrados junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural -SNCR, decorreu da confluência de elementos de natureza econômica, política, demográfica e legal, responsáveis por um complexo processo, que teve início com a inserção das relações de trabalho e de exploração econômica existentes no velho mundo, em uma terra povoada por coletividades indígenas que ainda viviam na pré-história. (CARDIM, 2005)

A partir de 1960, verifica-se uma revolução no campo, com a incorporação de novas tecnologias à atividade rural, o que, dentre outras conseqüências, incrementou sobremaneira a produtividade tanto na agricultura como na pecuária. (BERGAMASSO, 1996)

Segundo Graziano da Silva (1996), a penetração capitalista no campo, a partir da década de 60, se deu através do "modelo prussiano", que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. O cerne deste modelo é a modernização conservadora, que tem como pilar modernizar a grande propriedade, com a conseqüente manutenção de uma estrutura fundiária concentrada; exigindo-se



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



qualidade e produtividade, que estão atreladas à adubação química e mecanização, tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, as quais passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira.

Neste processo de desenvolvimento, não foi previsto um espaço para a incorporação da pequena e da média propriedade, que sem qualquer diretriz de política econômica a seu favor, sofreram um processo de espoliação maior do que o normal. Pois, excluídos de crédito e de comercialização, se fragilizaram, dando origem ao grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 70 e 80, após a consolidação deste modelo. (NORDER, 1997)

O problema fundiário, mantido pela modernização conservadora, foi, à época, agravado pelo incentivo a especulação fundiária (Fundo 157, Contrato de Alienação de Terras Públicas - CATP) incentivada pelo mesmo governo que modernizou a grande propriedade, só que agora, em dimensões capitalistas em ambos os sentidos. Ou seja, grandes extensões, para grandes grupos econômicos, que sem vinculação com a atividade rural, ocuparam a ex-futura fronteira agrícola das regiões Norte e Centro Oeste. (GRAZIANO DA SILVA, 1996)

Ainda segundo o autor supra citado, nos últimos tempos, a questão da reforma agrária ganhou considerável impulso, em decorrência tanto das pressões sociais, como de iniciativas governamentais que pretendem modificar o perfil da estrutura fundiária brasileira, por meio da desapropriação e da redistribuição de terras. Tornou-se consenso que, o modelo modernizador-conservador evidenciou a não necessidade da reforma agrária, para o desenvolvimento da agricultura.

Para o país, como um todo, a contabilidade está a indicar um sinal negativo. O custo da violência urbana é, certamente, maior do que o custo do programa de reforma agrária implementado pelo governo. Essa violência, além do custo referido, compromete a qualidade de vida de todos os segmentos urbanos. (MOREIRA, 1997)

Segundo Moreira (1997), este quadro é tão verdadeiro que, já no final da década de 70, Ignácio Rangel clamava por uma reforma agrária que, pelo menos, contemplasse as carências da violência urbana, reorganizando os núcleos familiares.

A avaliação da estrutura agrária brasileira, tanto sob a ótica do INCRA que identifica a distribuição do espaço agrário segundo seus detentores, como sob a visão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cujo dado reflete a ocupação deste espaço pelos produtores. Evidencia o elevado grau de concentração da terra em ambas as situações, ainda que pesem as diferenças conceituais.

De acordo com as informações, constantes do recadastramento do INCRA, realizado em 1992, verifica-se que, quase 1,0 milhão de imóveis rurais, com área de até 10 hectares, que ocupam 1,4% da área total cadastrada, no país. Na faixa dos imóveis de 1,0 mil hectares e mais, este valor eleva-se para quase 50% da área cadastrada.

Por outro lado, os 3,0 milhões de estabelecimentos agropecuários com área de até 10,0 ha, ocupam apenas 2,7% da área total. Os 50 mil estabelecimentos, com área acima de 1,0 mil ha, ocupam 43,7% da área. Isto mostra que o panorama não se modifica quando analisados os dados do Censo-Agropecuário do IBGE de 1985.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Acrescente-se, que a análise efetuada, com base em imóveis rurais não permite detectar o freqüente fato de que grandes proprietários podem possuir mais de um estabelecimento agropecuário.

2.2 Reforma Agrária no município de Tabuleiro do Norte

No Ceará, a necessidade de uma reforma agrária é evidente: três quartos dos estabelecimentos agrícolas dispõem de menos que 10 hectares. Eles absorvem dois terços da população economicamente ativa na agropecuária mas não ocupam mais de 7% do total da área aproveitável. Por outro lado, Segundo dados do IBGE, os estabelecimentos maiores de 1.000 hectares representam apenas 0,2% do número total, mas ocupam uma quinta parte da área. Enquanto que, nos latifúndios, grandes faixas de terra não são utilizadas, nos pequenos estabelecimentos os lotes são de tamanho insuficiente para garantir a subsistência dos próprios agricultores. Uma produtividade baixa, uma grande extensão de pobreza rural e um êxodo rural excessivo são algumas conseqüências lógicas disto. (HEREDIA, 2002)

Mediante a redistribuição de terras improdutivas a minifundistas ou trabalhadores rurais pode-se não só combater a pobreza das famílias deles. Consegue-se também um aumento da produção e, portanto, do PIB, que beneficia a sociedade inteira. Este aumento se deve, sobretudo, à implementação de terra e mão-de-obra antes ociosas no processo de produção.

Segundo Heredia, 2002, no Ceará, até o presente momento, foram criados 457 assentamentos da reforma agrária. Formam parte da reforma agrária do Incra que reparte terras desapropriadas e da chamada Reforma Agrária Solidária, executada principalmente por órgãos estaduais e com orientação ao mercado e à descentralização. Foram, em total, beneficiadas 22.590 famílias e redistribuídos 779.402 hectares.

Os estudos sobre assentamentos de diferentes programas de reforma agrária no Ceará, revelam resultados bastante significativos: a renda obtida pelos assentados aumentou se for comparada com a sua situação anterior. Também excede a renda do restante da população rural. Mas ainda beira os limites de pobreza. A média dos rendimentos familiares mensais computados nos estudos gira em torno de 1,37 salários mínimos (incluído o consumo próprio). Este valor dificilmente bastará para cobrir as necessidades básicas dos assentados. Nem permite guardar excedentes para investimentos produtivos. Menos provável ainda parecem, portanto, um crescimento autônomo e a transformação dos assentamentos em empreendimentos modernos e competitivos. (HEREDIA, 2002)

Conforme a autora acima, as causas destes modestos resultados parecem se encontrar sobre tudo em dois fatores: o primeiro é, em vários casos, a falta de terra; não poucos dos assentamentos estão superlotados. Existem assentamentos que ultrapassam em até quatro vezes a sua capacidade. Em média, cada família assentada no Ceará dispõe de 34,5 hectares; isto nem atinge o tamanho de um módulo fiscal em muitos municípios - valor considerado pelo próprio Incra como tamanho mínimo necessário para atividades agropecuárias produtivas.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Segundo a autora supra citada, maior impacto negativo ainda causa a falta de recursos financeiros. Sem receber créditos suficientes, os assentados não podem realizar investimentos produtivos como, por exemplo, a construção de sistemas de irrigação. Existem assentamentos, onde até seis anos depois da sua criação as famílias ainda não tinham recebido nenhum dos créditos previstos. Atrasos consideráveis também se constata na realização das outras medidas acompanhantes, como o fornecimento de assistência técnica, de educação, de saúde, de eletricidade, entre outros. É mais: não há no Ceará, até hoje, nem um assentamento onde todas as medidas previstas tenham sido realizadas. Uma reforma agrária que se limita à mera concessão de terras, negligenciando o aspecto da qualidade dos assentamentos não pode gerar resultados satisfatórios.

Num enfoque macroeconômico as medidas realizadas no Ceará também resultam insatisfatórias: visto que a maioria dos assentamentos foi criada somente nos últimos cinco anos, o esforço feito parece considerável. Porém, a área afetada pela reforma agrária constitui apenas pouco mais que 10% da área considerada improdutiva e só cerca de 10% das famílias sem terra do estado foram beneficiadas até agora.

O município de Tabuleiro do Norte, localizado na região do baixo Jaguaribe, estado do Ceará, teve sua primeira experiência de reforma agrária no ano de 1994, com o lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária, pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Onde foram desapropriados os imóveis Barra do Feijão e Charneca.

Entretanto, a luta pela conquista da terra teve início na região a partir do ano de 1988, tendo à frente lideranças dos trabalhadores rurais, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Tabuleiro do Norte, ligado à CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. No ano de 1993, o STR enviou documentos ao INCRA solicitando a desapropriação das terras da comunidade da Barra do Feijão. Em março do ano seguinte a equipe de vistoria do INCRA veio visitar a área. No dia 09 de agosto de 1994 o processo finalmente se desencadeia, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) do decreto de desapropriação da fazenda. (COOTAP, 2006)

A exigência da imissão de posse passou a ser então o principal ponto de pauta de discussão dos trabalhadores. Sendo que a mesma só aconteceu em março de 1995, com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária em solenidade ocorrida no Projeto de Assentamento Charneca, município de São João do Jaguaribe-CE. Pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que contou com a presença de trabalhadores(as) rurais, sindicalistas, lideranças locais e diversos segmentos sociais.

A partir de então foram criados mais três assentamentos rurais no município de Tabuleiro do Norte, com os P.A.'s Groelândia (65 famílias), Lagoa Grande II (94 famílias) e Diamantina (25 famílias). Todos sob a tutela do INCRA, gerenciados por associações comunitárias, que no ano de 2005, criaram o Fórum dos Assentados da Sub-região Tabuleiro/Alto Santo, que em conjunto com demais fóruns de outras regiões do estado, visam lutar pela melhoria da qualidade de vida nos assentamentos rurais, com o efetivo aumento da renda das famílias ali residentes, com conseqüente elevação da sua qualidade de vida. (COOTAP, 2006)

3. Metodologia



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



3.1 – Método de Análise

Para realização desta pesquisa utilizou-se a metodologia adotada por ROMEIRO et al (1994), que decompõe a renda em:

- **Renda Agrícola líquida monetária:** é a renda obtida com a venda dos produtos agrícolas, segundo os preços declarados pelos assentados, diminuída de seus correspondentes custos;
- **Renda Animal líquida monetária:** é a renda obtida com a venda dos produtos pecuários, segundo os preços declarados pelos assentados, diminuída de seus correspondentes custos;
- **Renda de auto-consumo:** é a renda declarada gerada pela atividade de consumo de sua própria produção, ou seja, é a renda que o produtor obteria se ao invés de consumir vendesse seus produtos;
- **Renda de outros trabalhos:** incluem-se aqui os salários obtidos como remuneração por empregos temporários ou permanentes dos membros das famílias;
- **Renda de outras receitas:** são as vendas ocasionais de produtos não agrícolas, como por exemplo, madeira, carvão extrativismo, pequeno comércio, artesanato;

Além das rendas adotadas por ROMEIRO et al (1994), acrescentou-se a **Renda de benefícios:** renda obtida de benefícios obtidos junto ao INSS, como aposentadoria, pensão, etc..

3.2 – Fonte dos dados

As informações necessárias para determinação dos indicadores utilizados neste estudo foram de origem primária obtidas através de questionários. Trabalhou-se com todas as famílias que compõem o assentamento, totalizando as 100 (cem) famílias cadastradas pelo INCRA. Tomou-se como referência o ano agrícola de 2005.

4. Resultados e Discussão

4.1 – Caracterização do Assentamento

O assentamento Barra do Feijão localizado a 25 km da sede do município de Tabuleiro do Norte(CE), e a cerca de 250 km da capital do estado, possui uma área de 3.074,02 ha (três mil e setenta e quatro hectares e dois ares), é constituído por 100 (cem) famílias assentadas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e mais 13 (treze) famílias agregadas, que são formadas por filhos e parentes de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

assentados. A imissão de posse da área ocorreu em março/1995, conjuntamente com o assentamento Charneca, no ato de Lançamento do I Programa Nacional de Reforma Agrária pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro ano de sua implantação foi contemplado com o crédito Fomento e Implantação correspondendo R\$ 564,48 (quinhentos e sessenta e quatro reais) por família. No crédito habitação cada família recebeu R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). Durante os anos de 1996 a 2000 as famílias assentadas receberam os créditos de custeio agrícola para financiamento das culturas de sequeiro (milho, feijão e algodão) e um custeio pecuário destinado à alimentação dos rebanhos. Em 1996 o assentamento foi contemplado com o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA/FNE, com teto de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo que R\$ 2.987,00 (dois mil novecentos e oitenta e sete reais) foi aplicado em atividades individuais e R\$ 4.351,03 (quatro mil trezentos e cinquenta e um reais e três centavos) para o coletivo.

Com a implantação da Lei nº 10.696 que facilitou o pagamento das dívidas existentes, boa parte dos assentados quitaram seus débitos do PROCERA/PRONAF (custeio) junto ao Banco do Nordeste e buscaram nova linha de crédito através do PRONAF C (07 famílias) e D (40 famílias), totalizando 47 (quarenta e sete) famílias num montante de R\$ 635.124,99 (seiscentos e trinta e cinco mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) sendo investidos na aquisição de 49 matrizes bovinas, 107 matrizes ovinas, 09 animais de serviço, 21 há de cajueiro anão precoce, 2.709 colméias LONGSTROTH, implantação de 26 há de sorgo forrageiro e melhoramento da infra-estrutura.

Recentemente foram liberados 04 (quatro) PRONAF Mulher totalizando um montante de R\$ 23.826,00 (Vinte e Três Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais) destinado à ampliação de casa de mel e aquisição de 140 colméias tipo Longstroth e kit apicultor.

As terras do assentamento Barra do Feijão estão distribuídas conforme demonstrativo na Tabela 3 a seguir.

TABELA 3 – Demonstrativo da Distribuição das Terras

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (HA)
Área de Reserva Legal	614,80
Agrovilas	45,00
Pátio das agrovilas	23,76
Estradas	17,35
Espelhos d'água	255,00
Área do Poço Profundo	7,50
Outras Benfeitorias	3,20
Áreas Individuais	1.250,00
Área de Exploração Coletiva	857,41
TOTAL GERAL	3.074,02

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

4.2 – Análise da composição da renda

No que se refere à exploração agrícola observou-se que os assentados exploram basicamente as culturas de subsistência (feijão, milho e algodão), além da cajucultura, ambos de sequeiro. Segundo os assentados, devido às irregularidades das chuvas acontecidas no ano, a produtividade das culturas trabalhadas está bastante baixa, conforme pode ser visualizado na tabela 4 a seguir.

TABELA 4 - Produção agrícola total do assentamento no ano de 2005.

Discriminação	Área (há)	Produção Declarada	Valor Declarado (R\$)	Custo Declarado (R\$)	Saldo Declarado (R\$)	Consumo (%)	Venda (%)
Feijão	258,80	882,67 sc	35.306,80	17.653,40	17.653,40	68,9	31,1
Milho	26,75	73,91 sc	1.552,11	911,27	640,84	100	-
Algodão	154,50	2.230,98	33.464,70	16.732,35	16.732,35	-	100
Caju comum	158,60	47,58 t	52.338,00	15.860,00	36.478,00	-	100
Mandioca	2,00	24 t	2.880,00	1.440,00	1.440,00	-	100
TOTAL	600,65	-	125.541,61	52.597,02	72.944,59	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006.

Pode-se observar que a renda agrícola bruta do assentamento foi de R\$ 125.541,61 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e um centavos), o que dividido pelos 100 assentados, dá um renda média de R\$ 1.255,42 (um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Já saldo declarado (receita, menos custos) no valor de R\$ 72.944,59 (setenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), que representa 58,10% das receitas totais. Já a renda agrícola líquida total do assentamento no Valor de R\$ 60.140,56 (sessenta mil, cento e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), equivale a .47,90% das receitas agrícolas total e representa uma renda média anual de R\$ 601,41 (seiscentos e um reais e quarenta e um centavos), conforme tabela 5 a seguir.

TABELA 5 – Renda Agrícola Líquida

Discriminação	Valor (R\$)
- Feijão	5.490,21
- Milho	-
- Algodão	16.732,35
- Caju comum	36.478,00
- Mandioca	1.440,00

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

TOTAL	60.140,56
-------	-----------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade
– Agosto/2006.

A pecuária explorada no assentamento se divide em 03 (três) atividades, a bovinocultura de leite, ovinocultura e apicultura. Além da criação de galinha caipira de forma extensiva, para consumo próprio.

O sistema de criação do assentamento é de forma semi-extensiva com rotação de pastagem (mangas) e áreas com restos de culturas. O rebanho é solto nas mangas para consumirem pastagem nativa e quando a mesma vai ficando escassa é dado um complemento à base de forrageiras cultivadas (capim elefante, sorgo, etc) e aplicação de concentrado (torta de algodão, milho, soja etc) para as matrizes em lactação.

A maioria dos assentados possui no mínimo 01 (uma) matriz para a produção de leite, que chega em média de 04 a 05 litros/vaca/dia, e descarta os machos em idade de garrote e aproveitam as fêmeas para a produção de leite.

Uma minoria dos assentados (cerca de 2 %) está iniciando a exploração da ovinocultura de forma extensiva, devido os mesmos ter aptidão para criação de animais de grande porte e até mesmo a falta de cercas para conter o rebanho.

Uma atividade nova que vem tendo uma grande participação na renda das famílias assentadas é a produção de mel, atualmente o assentamento conta com 4.904 (quatro mil novecentos e quatro colméias), cerca de 30 (trinta) famílias explora esta atividade em grande escala. Toda a produção de mel do assentamento é retirada por meio de centrifugação que é feita em casas de mel de propriedades dos próprios assentados. Este mel é produzido no assentamento é vendido todo *in natura* a atravessadores da região.

No ano de 2005 a produção de mel foi baixíssima, devido a irregularidades das chuvas que ocorreu na área do assentamento, causando acentuada perda de enxames.

TABELA 6 – Produção Animal Total do assentamento no ano de 2005

Discriminação	Produção Declarada	Valor Declarado (R\$)	Custo Declarado (R\$)	Saldo Declarado (R\$)	Consumo (%)	Venda (%)
Bovinocultura						
Leite	201.600 l	100.800,00	25.200,00	75.600,00	50	50
Descarte de animais	169 cab.	84.500,00	21.125,00	63.375,00	-	100
-Ovinocultura						
Descarte de animais	54 cab.	2.700,00	675,00	2.025,00	10	90
Apicultura						

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Mel in natura	4.808 lt	192.320,00	67.312,00	125.008,00	100	
- Avicultura						
Ovos	24.000 und	3.600,00	-	3.600,00	100	
Abate animais	400 und	2.000,00	-	2.000,00	100	
TOTAL	-	385.920,00	114.312,00	271.608,00	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006.

A tabela 6 demonstra a renda animal total do assentamento, que totaliza R\$ 385.920,00 (trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e vinte reais), o que dividido pelos 100 assentados, dá uma renda média de R\$ 3.859,20 (três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos). Já saldo declarado (receita, menos custos) no valor de R\$ 271.908,00 (duzentos e setenta e um mil, novecentos e oito reais), que representa 70,46% das receitas totais. Já a renda pecuária líquida total do assentamento no Valor de R\$ 228.005,50 (duzentos e vinte e oito mil e cinco reais e cinquenta centavos), equivale a 59,08% das receitas pecuárias totais e representa uma renda média anual de R\$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais), conforme tabela 7 a seguir

TABELA 7 – Renda Animal Líquida

Discriminação	Valor (R\$)
-Bovinocultura	
Leite	37.800,00
Descarte de animais	63.375,00
-Ovinocultura	
Descarte de animais	1.822,50
Apicultura	
Mel in natura	125.008,00
- Avicultura	
Ovos	-
Abate animais	-
TOTAL	228.005,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado na comunidade – Agosto/2006.

Quanto a renda de auto-consumo, pode-se observar que o assentamento dispõe de uma renda anual total de R\$ 56.406,53 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e três centavos), o que representa uma renda anual média/família de R\$ 564,07 (quinhentos e sessenta e quatro reais e sete centavos), conforme tabela 8 a seguir.

TABELA 8 – Renda de auto-consumo

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Discriminação	Saldo Declarado	Renda Líquida (R\$)	Renda de Auto-Consumo (R\$)
-Agricultura	72.944,59	60.140,56	12.804,03
-Pecuária	271.608,00	228.005,50	43.602,50
TOTAL	344.552,59	288.146,06	56.406,53

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006.

As rendas de outras receitas no assentamento, resume-se à prática do comércio individual, onde 04 (quatro) famílias assentadas possuem mercearias vendendo gêneros alimentícios e 01 (uma) mini serraria. Segundo declaração dos assentados, a renda proveniente destas atividades gira em torno de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais/família, o que totaliza uma renda anual de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Já quanto à renda de outros trabalhos, no assentamento existem pessoas que possuem habilidade de pedreiros, serventes e carpinteiros, porém não foi possível quantificar estas receitas, devido as mesmas serem realizadas de forma esporádica, não sendo realizado nenhum registro desta atividade durante a aplicação dos questionários..

Mediante levantamento realizado no assentamento, podemos constatar que existe renda extra oriunda de programas sociais e por direitos adquiridos dos trabalhadores, que foram enquadradas na categoria de Renda de Benefícios, que totalizou 12.783,50 (doze mil, setecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) mensais, o que representa uma renda anual de R\$ 153.402,00 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e dois reais, conforme Tabela 9 a seguir.

TABELA 9 – Demonstrativo de renda de benefícios das famílias assentadas

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Aposentadoria por idade	20	6.000,00
Pensão	04	1.200,00
Invalidez	01	300,00
Bolsa Família	59	3.938,00
Bolsa Escola	05	83,00
Vale Gás	20	292,50
Fome Zero	06	390,00
Outros	11	580,00
TOTAL GERAL	126	12.783,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006.

5 – Conclusão

De acordo com os dados obtidos através da pesquisa realizada no assentamento, constatou-se que a renda total do assentamento é de R\$ 515.954,59 (quinhentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e nove

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

centavos), que representa uma média mensal de R\$ 42.996,22 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), que dividido pelos 100 assentados, dá uma média mensal de R\$ 429,96 (quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), que representa 1,23 salários mínimos, conforme Tabela 10 a seguir, bem a baixo da renda média do Brasil de 3,70 salários e até do Nordeste, de 2,33 salários, registrado pela FAO/MARA – 1991.

TABELA 10 - Composição da renda do Assentamento Barra do Feijão

Discriminação	Renda Mensal (R\$)	Renda Anual (R\$)
Renda agrícola líquida	5.011,71	60.140,56
Renda animal líquida	19.000,47	228.005,50
Renda de auto-consumo	4.700,54	56.406,53
Renda de outras receitas	1.500,00	18.000,00
Renda de benefícios	12.783,50	153.402,00
TOTAL	42.996,22	515.954,59

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento realizado a comunidade – Agosto/2006.

Baseado nos dados obtidos no trabalho, pode-se verificar que o assentamento Barra do Feijão tem suas rendas oriundas principalmente de atividades agropecuárias, pois ficou constatado que as rendas provenientes dessas atividades totalizaram R\$ 344.552,59 (trezentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), que representa 66,78% da renda total do assentamento, enquanto o somatório das rendas não agrícolas totalizaram R\$ 171.402,00 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e dois reais), o que representa 33,22 % da renda total do assentamento.

Pode-se verificar ainda, que a renda animal líquida representa 44,19% das rendas totais do assentamento, o que demonstra o potencial pecuário do imóvel, cujas atividades representam a principal fonte de renda das famílias ali residentes, seguida das rendas de benefícios, que representam 29,73% das rendas totais. A renda agrícola líquida representou 11,69% das rendas totais. Já as rendas de auto-consumo representaram somente 10,93% das rendas totais. Enquanto que as rendas de outros trabalhos representaram apenas 3,49% das rendas totais do assentamento.

A análise deste indicador de desempenho mostrou que a renda média das famílias do assentados foi de 1,4 salário mínimo por mês, apresentando um desempenho econômico baixo.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



6 – Referências Bibliográficas:

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDE, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996 (coleção Primeiros Passos, 301).

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A Realidade dos Assentamentos Rurais Por Trás dos Números.** São Paulo, Unicamp, 1997 (Estudos Avançados).

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S. et all. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira.** Brasília, NEAD/MDA. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.** Rio de Janeiro, Zohar-Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Mas qual Reforma Agrária?** In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Casa, comida e trabalho: qual é a alternativa à reforma agrária?** Campinas, IE/Unicamp, 1996 (mimeo.).

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HEINEN, Milton Inácio. **O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula - Antecedentes. O Plano. Possibilidades e limites de sua execução.** Goiana, UCG, 2003

HEREDIA, Beatriz et. all. **Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2002

MOREIRA, Roberto José. **"Metodologias da reforma agrária: o censo e o projeto Lumiar". Estudos: sociedade e agricultura, CPDA/UFRJ, 8: 163:77, abr. 1997.**

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho.** Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Mauro Marcio. **Procera - Relatório Final da Consultoria.** Brasília, 1996 (acordo Incri/PNUD).

Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) Barra do Feijão. COOTAP – Cooperativa Técnica de Assessoria e Projetos LTDA. Tabuleiro do Norte(CE), COOTAP, 2006.

História do Movimento dos Sem Terra (MST), disponível em www.mst.org.br/historico/sumario.html, acesso em 22/07/2006



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Reforma agrária no governo Lula não altera a estrutura fundiária, disponível em:

www.mst.org.br/mst/pagina.php, acesso em 15 de janeiro/2007

Reforma Agrária Compromisso de Todos. Secretaria de Comunicação Social (SCS) da Presidência da República. Coleção de Documentos da Presidência da República. Brasília, 1997.